

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	765.111.520.022,84	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	2.002.217.300,98	0,2616896%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.719.726.617,99	0,355468%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.583.740.287,10	0,337695%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.447.753.956,20	0,319921%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidade Responsável: Divisão de Acompanhamento e Avaliação - DACO, Data e hora da emissão 11/09/2020 às 14:40h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados também são consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O valor de R\$ 4.749.961,68 não foi deduzido, no item II, linha "despesas de exercícios anteriores", por se tratar de despesa pertencente ao período de apuração, conforme orientações contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais, válido para o exercício de 2020, do Ministério da Fazenda/STN, 10ª edição, páginas 522 a 523. O valor de R\$ 225.239,71, referente às despesas de exercícios anteriores (fontes 156 e 169), está computado no valor, no item II, linha "inativos e pensionistas com recursos vinculados";

3) O índice de 0,355468% referente ao limite máximo é decorrente da Resolução CJF nº 250/2013 e da Resolução CNJ nº 177/2013.

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCI PERILLO
Diretor-Geral

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

				R\$1,00		
				DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				2.355.204.671,16		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				352.987.370,18		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				2.002.217.300,98		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				765.111.520.022,84		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV) *100				0,261690%		
				% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO				0,260964%	1.996.665.627,11	
LRF, art. 20, incisos I, II e III						
Resol CNJ 5/2005				Ato decorrente : Proc. Adm. SIGED nº 2001160727	0,260710%	1.994.722.243,85
Resol CNJ 26/2006				Ato decorrente: Resolução CJF nº 184/2012	0,356130%	2.724.791.656,26
Resol CNJ 177/2013				Ato decorrente: Resolução CJF nº 250/2013	0,355468%	2.719.726.617,99
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015					0,000000%	-

JEANE REIS ALVES
Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

PATRICIA RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Auditoria Interna

OTÁVIO AUGUSTO PASCUCI PERILLO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 183, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001308-42.2020.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2020, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.988.649,79	2.917.134,00	5.150.840,49	4.414.324,99	4.036.629,20	2.909.784,74	3.037.967,03	2.971.582,27	2.994.003,18	3.019.204,63	2.997.174,33	2.990.607,42	40.427.902,07	382.970,29
Pessoal Ativo														
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis Obrigatórias Patronais														
Benefícios Previdenciários	2.783.006,39	2.711.046,90	4.837.415,61	4.208.237,89	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	2.765.452,57	2.790.654,02	2.768.623,72	2.762.056,81	37.538.701,70	382.970,29
	2.415.393,25	2.352.671,38	4.115.199,27	3.844.105,47	3.319.534,93	2.320.857,91	2.365.473,77	2.302.491,55	2.322.025,69	2.344.094,56	2.324.210,88	2.317.419,55	32.343.478,21	382.970,29
	367.613,14	358.375,52	722.216,34	364.132,42	358.990,65	360.376,22	443.942,65	440.540,11	443.426,88	446.559,46	444.412,84	444.637,26	5.195.223,49	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	205.643,40	206.087,10	313.424,88	206.087,10	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.889.200,37	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	180.224,26	180.667,96	273.630,54	180.667,96	289.271,89	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	194.721,76	2.467.514,93	-
	25.419,14	25.419,14	39.794,34	25.419,14	68.831,73	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	33.828,85	421.685,44	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	257.851,88	54.669,25	660.485,98	959.877,43	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	3.890.842,43	382.970,29
Indenizações por Demissão e centavos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	52.208,48	-	660.485,98	959.877,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.672.571,89	382.970,29
	205.643,40	54.669,25	-	-	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.218.270,54	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.730.797,91	2.862.464,75	4.490.354,51	3.454.447,56	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	2.765.452,57	2.790.654,02	2.768.623,72	2.762.056,81	-	36.537.059,64	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													765.111.520.022,84	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)													36.537.059,64	0,004775	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													59.831.720,87	0,00782	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													56.840.134,82	0,007429	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													53.848.548,78	0,007038	

FONTE: Sistema SIAFI, SAO-COF-SECON, Data da emissão 25/SET/2020, 11h e 33m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020
R\$ 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		40.810.872,36
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		4.273.812,72
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		36.537.059,64

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,004775%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRf. art. 20. incisos I, II e III		0,007843%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente: Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,007835%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente: -	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente: Portaria TSE nº 385. de 22 de agosto de 2013	0,007820%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	-	-

1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

ELINETE NUNES FREITAS
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 701, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no PAD nº 7100/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Eleitoral do Amazonas relativo ao segundo quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ARISTÓTELES LIMA THURY

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													
	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/19	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.913.426,57	8.094.888,73	11.829.461,90	11.938.365,56	10.216.400,56	8.055.159,85	8.307.559,09	8.290.545,94	8.563.740,74	8.293.448,86	8.050.498,59	8.259.347,88	107.812.844,27	1.419.267,33
Pessoal Ativo	7.132.748,01	7.313.324,52	10.652.196,25	11.159.834,78	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.708,30	7.673.016,47	7.476.718,21	7.260.696,53	7.466.097,97	97.475.304,54	1.419.267,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.163.957,05	6.341.064,39	8.739.530,75	10.612.051,47	8.114.565,43	6.294.678,48	6.293.286,80	6.258.958,74	6.442.995,18	6.244.849,63	6.117.382,16	6.232.774,58	83.856.094,66	1.416.024,61
Obrigações Patronais	968.790,96	972.260,13	1.912.665,50	547.783,31	933.671,77	981.985,05	1.235.775,97	1.227.749,56	1.230.021,29	1.231.868,58	1.143.314,37	1.233.323,39	13.619.209,88	3.242,72
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	778.530,78	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	10.337.539,73	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	516.184,09	513.885,29	758.941,55	514.209,83	771.681,91	514.175,37	514.175,37	515.854,81	620.488,00	546.494,38	505.774,43	505.774,43	6.797.639,46	-
Pensões	264.494,47	267.678,92	418.324,10	264.320,95	396.481,45	264.320,95	264.320,95	287.982,83	270.236,27	270.236,27	284.027,63	287.475,48	3.539.900,27	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	781.276,96	917.394,36	1.267.161,93	2.326.106,73	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	804.466,80	894.027,24	816.730,65	789.802,06	794.929,25	12.117.051,98	286.525,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	598,40	3.758,22	2.560,30	4.310,01	-	-	-	629,16	3.302,97	-	-	1.679,34	16.838,40	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	132.071,93	87.335,98	1.876.687,47	-	-	-	-	-	-	-	-	2.096.095,38	286.525,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	445.109,25	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	890.724,27	816.730,65	789.802,06	793.249,91	10.004.118,20	-

